



Aprovada por unanimidade com 16 voto(s) a favor do(s) município(s) de Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira, representando 2.330.564 eleitores da Área Metropolitana de Lisboa, ou seja, 96,95%.

Lisboa, 21 de janeiro de 2016

ATA N.º 14/CML/2015

Aos 17 dias do mês de dezembro de 2015, pelas 10h50m, nas instalações da Área Metropolitana de Lisboa, no Edifício Mascarenhas, sito na Rua Cruz de Santa Apolónia, n.º 23, 25 e 25A, em Lisboa, realizou-se uma reunião ordinária do Conselho Metropolitano de Lisboa, com a seguinte agenda: -----

1. Aprovação da ata nº 12/CML/2015, de 19 de novembro;-----
2. Aprovação da ata nº 13/CML/2015, de 26 de novembro;-----
3. Proposta n.º 05/CML/2015 – Aprovação do calendário de reuniões do Conselho Metropolitano de Lisboa para 2016; -----
4. Adenda ao PDCT-AML, Portugal 2020;-----
5. Informações sobre a atividade da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa; -----
6. Outros assuntos do interesse da Área Metropolitana de Lisboa; -----
7. Aprovação da ata em minuta.-----

Foi verificado o quórum, estando presentes 14 dos 18 membros do Conselho Metropolitano de Lisboa, representando os seguintes municípios: Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal e Vila Franca de Xira, e 1.921.774 dos eleitores da Área Metropolitana de Lisboa, ou seja, 79,95 %.-----

Estiveram ainda presentes os seguintes membros da Comissão Executiva Metropolitana: Demétrio Alves, João Pedro Domingues, Filipe Miranda Ferreira, Carlos Santos e Emanuel Costa. -----

Nos termos da alínea d) do art.º 72 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 2 do art.º 7º do Regimento Interno do Conselho Metropolitano de Lisboa, presidiu à reunião o Sr. Vice-Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa e Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Eng.º Hélder Sousa Silva. -----

1. Aprovação da ata nº 12/CML/2015, de 19 de novembro-----



Nos termos do n.º 3 do art.º 34º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o acordado em reunião do Conselho Metropolitano de Lisboa de 11/09/2015, não participaram na votação os representantes dos seguintes municípios: Amadora e Loures. -----

A ata n.º 12/CML/2015, de 19 de novembro, foi aprovada por unanimidade com 12 voto(s) a favor do(s) município(s) de Almada, Barreiro, Cascais, Lisboa, Mafra, Moita, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal e Vila Franca de Xira, representando 1.609.030 eleitores da Área Metropolitana de Lisboa, ou seja, 66,94%. -----

Foi acordado apreciar o ponto n.º 2 da Ordem de Trabalhos no final da reunião. -----

3. Proposta n.º 05/CML/2015 – Aprovação do calendário de reuniões do Conselho Metropolitano de Lisboa para 2016 -----

O Sr. Vice-Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa referiu que se propõe manter a realização das reuniões ordinárias do Conselho Metropolitano, por regra, à terceira quinta-feira de cada mês, às 10h30m. -----

A Proposta n.º 05/CML/2015 – Aprovação do calendário de reuniões do Conselho Metropolitano de Lisboa para 2016, foi aprovada por unanimidade com 14 voto(s) a favor do(s) município(s) de Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal e Vila Franca de Xira, representando 1.921.774 eleitores da Área Metropolitana de Lisboa, ou seja, 79,95%. -----

4. Adenda ao PDCT-AML, Portugal 2020 -----

O Sr. Vice-Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, tendo sido distribuída a Proposta n.º 181/CEML/2015 - Adenda ao contrato PDCT assinado entre a Área Metropolitana de Lisboa a Autoridade de Gestão do Programa Operacional de Lisboa, defendeu que a mesma não deve ser posta a votação, tendo proposto, como metodologia alternativa, que se mandatasse o Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa e o Primeiro-Secretário Metropolitano para negociarem com o Governo a taxa de comparticipação financeira no âmbito do Portugal 2020. Isto porque não está de acordo com a taxa de comparticipação de 40% prevista para a AML, quando na Área Metropolitana do Porto a taxa de comparticipação é de 60%. -----



O Sr. Primeiro-Secretário Metropolitano recordou que em agosto foi assinado o Pacto, tendo ficado definido que as competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da AML enquanto organismo intermédio, seriam objeto de adenda ao contrato, que agora foi presente à AML, para pronúncia. -----

A Comissão Executiva entretanto tentou clarificar o conteúdo dessa adenda. -----

Referiu que no QREN, a assistência técnica foi financiada pelo POR Lisboa em 75%, ou seja, acima da média do financiamento aos projetos, sendo que atualmente o que está a ser proposto é 40%, ou seja, abaixo da média do financiamento aos projetos. -----

Acrescentou que a questão já foi colocada ao Presidente da Autoridade de Gestão, mas deverá ser colocada diretamente ao Governo, que regulamentarmente é quem pode alterar a decisão. -----

A Comissão Executiva entende que há interesse em que a AML tenha uma equipa técnica a fazer a apreciação/acompanhamento dos projetos do Pacto e do POSEUR, tendo feito uma estimativa de custos até 2021 e chegado à conclusão que se trata de um encargo global de cerca de 1,8 milhões de euros, pelo que é necessária a adequada comparticipação. Com uma comparticipação apenas de 40%, a AML teria de dispor de cerca de 1,1 milhões de euros, sendo necessários já no próximo ano 173 mil euros, montante que não existe no orçamento nem nas fontes de financiamento identificadas. Assim, existem no momento três alternativas:

- A AML não desempenha as funções de assistência técnica/ organismo intermédio no POR Lisboa 2020;-----
- O Estado Central aumenta o financiamento da AML para suprir essa carência;-----
- O Estado Central e os municípios chegam a um acordo quanto à taxa de comparticipação para a assistência técnica do POR Lisboa. -----

Neste contexto, manifestou o seu acordo com a metodologia proposta pelo Sr. Vice-Presidente do Conselho Metropolitano, de se tentar negociar com o Governo a taxa de comparticipação para a assistência técnica, por forma a colmatar essa necessidade. -----



?

?

Terminou chamando atenção para o facto de que a não assinatura da adenda ao Pacto, do ponto de vista jurídico, representa que não haverá PDCT-AML. -----

O Sr. Presidente da CM Seixal usou da palavra apenas para manifestar o seu acordo com a metodologia proposta pelo Sr. Vice-Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa. -----

Não houve mais intervenções sobre a matéria. -----

Foi acordado mandar o Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa e o Primeiro-Secretário Metropolitano para negociarem com o Governo a taxa de comparticipação financeira no âmbito do Portugal 2020. -----

O Sr. Vice-Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa referiu ainda que, quanto ao intervalo de valores para a negociação com o Governo, se deverá considerar entre os 60% (a taxa de comparticipação da Área Metropolitana do Porto) e os 75% (o valor desejável para a Área Metropolitana de Lisboa). -----

5. Informações sobre a atividade da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa -----

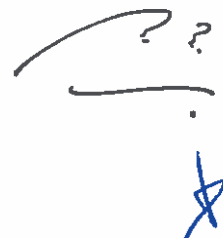
Foi dado conhecimento ao Conselho Metropolitano de Lisboa da relação respeitante aos Compromissos Plurianuais assumidos no período de 2015/11/14 a 2015/12/09. -----

Foi ainda dado conhecimento ao Conselho Metropolitano de Lisboa da Proposta n.º 182/CEML/2015 - Ratificação de resposta em processo de consulta escrita quanto ao "Plano de Avaliação do Lisboa 2020" e à "Estratégia das Autoridades de Gestão relativa à implementação dos Instrumentos Financeiros de Reabilitação e Revitalização Urbanas" e respetivos "Critérios de Seleção". -----

6. Outros assuntos do interesse da Área Metropolitana de Lisboa -----

O Sr. Primeiro-Secretário Metropolitano referiu que na véspera participou numa reunião do Conselho Consultivo da ANA Aeroportos de Portugal, onde foi analisado o Plano Estratégico da ANA apresentado em 2013, com as atualizações necessárias; e o Plano Diretor do Aeroporto de Lisboa, matéria para a qual chamou a atenção de todos os membros do Conselho Metropolitano de Lisboa, tendo em conta a urgência da sua aprovação, pois é um documento

?



de extrema importância quer para a atividade dos aeroportos do País, mas particularmente para os da região.-----

O Plano Diretor do Aeroporto de Lisboa não foi aprovado na anterior legislatura pois havia aspetos a afinar, tendo transitado para a presente. -----

Tendo em conta a importância do documento para a região, defendeu que a AML deve acompanhar a matéria com a ANA e com o Governo, até porque será necessário tomar três decisões fundamentais no curto prazo: -----

- Acabar com uma das pistas do Aeroporto de Lisboa que só tem cerca de 1,5% de movimentos;-----

- Fazer a avocação da base do Montijo como parte dois do Aeroporto de Lisboa; -----

- Resolução da questão técnica do sistema de informações da NAV para permitir outra gestão do espaço aéreo e o cone de aproximação. -----

A premência da aprovação do Plano Diretor do Aeroporto de Lisboa e da tomada de decisão está diretamente relacionada com aumento de cerca de dois milhões de passageiros em Lisboa nos dois últimos anos, estando atualmente muito próximo dos 20 milhões de passageiros. Ora, qualquer decisão que venha a ser tomada relativamente à nova infraestrutura operacional demorará entre quatro a cinco anos a entrar em funcionamento, pelo que quanto mais cedo a decisão for tomada tanto melhor. -----

O Sr. Presidente da CM Barreiro, sem querer aprofundar a discussão, usou da palavra para fazer apenas alguns comentários na sequência da intervenção do Sr. Primeiro-Secretário Metropolitano. -----

Em primeiro lugar, referiu que é necessário que os municípios da Península de Setúbal mais próximos do Montijo possam ter mais informações sobre os cones de aproximação e as suas possíveis consequências em cada um dos municípios. -----

Acrescentou que, apesar de o Governo anterior, e ao que parece o atual, preconizarem a solução do Montijo, não quis deixar de manifestar que, em sua opinião, a solução mais



favorável para o futuro Aeroporto de Lisboa seria a fase zero do aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete. -----

Aproveitou ainda este ponto da Ordem de Trabalhos para, tendo em conta a existência de um novo Governo e o que está previsto no seu programa em matérias autárquicas, chamar a atenção de todos os presentes para irem acompanhando as questões do financiamento do Poder Local e o próximo Orçamento do Estado, nomeadamente no que diz respeito à norma cláusula-travão. Em sua opinião é inaceitável que se mantenha a cláusula-travão relativamente à transferência de impostos para os municípios – nos últimos anos os impostos considerados para distribuir pelas autarquias aumentaram cerca de 17%, e devido à cláusula-travão os municípios só estão a receber 5% desse valor. -----

Neste momento entrou o Sr. Presidente da CM Montijo e o Sr. Vice-Presidente da CM Odivelas tendo-se alterado o quórum, passando a estar presentes 16 dos 18 membros do Conselho Metropolitano de Lisboa, representando os seguintes municípios: Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal e Vila Franca de Xira, e 2.085.912 dos eleitores da Área Metropolitana de Lisboa, ou seja, 86,77 %. -----

O Sr. Presidente da CM Vila Franca Xira começou por referir que a matéria do futuro Aeroporto de Lisboa é determinante para a Área Metropolitana de Lisboa, pelo que é necessário que seja tomada definitivamente uma decisão. -----

Apesar de no passado ter havido muitos avanços e recuos que tiveram consequências nefastas para os municípios envolvidos - primeiro a Ota, depois Alcochete e agora Montijo – parece que atualmente existe já alguma objetividade que pode vir a ter desenvolvimentos, mas que é necessário acompanhar de perto. -----

A esse propósito, e sem querer concorrer com o Montijo, referiu que as alternativas até agora apresentadas não são as únicas na região: existe a OGMA em Alverca (que aliás era abordada no PROT-AML) e o Aeródromo de Tires, que podem ser uma solução importante de complementaridade ao Aeroporto da Portela, até porque um dos problemas atuais são os





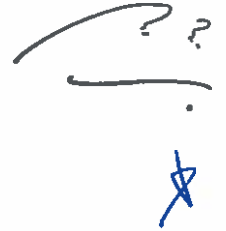
voos privados dos executivos que querem chegar e sair rapidamente do aeroporto para tratar dos seus negócios, e não o conseguem fazer porque com todos os movimentos existentes na Portela, os voos privados têm de ser controlados como se fossem aeronaves de outro porte.--

A isso acresce que a OGMA é considerada pelos especialistas provavelmente uma das melhores áreas aeronáuticas existentes no País em termos de manutenção, potencial que em sua opinião deveria ser aproveitado para a manutenção da TAP, devolvendo espaço ao Aeroporto da Portela, para poder receber mais movimentos. -----

Terminou dizendo que a reflexão em torno do Aeroporto da Portela já é antiga, e é cada vez mais urgente uma tomada de decisão, com base numa reflexão alargada que considere as particularidades e potencialidades de cada município. -----

O Sr. Presidente da CM Loures começou a sua intervenção subscrevendo as preocupações levantadas pelo Sr. Presidente da CM Barreiro relativamente ao financiamento dos municípios e às medidas do próximo Orçamento do Estado, quer em relação a critérios de financiamento, quer em relação a regras para os recursos humanos, bem como outras questões que nos últimos anos têm sido impostas, em prejuízo da autonomia dos municípios. -----

Relativamente ao Plano Diretor do Aeroporto de Lisboa, começou por manifestar o seu espanto pelo facto de se estar em vias de tomar uma decisão sobre a matéria, sem que o município de Loures tenha alguma vez sido consultado. O Aeroporto de Lisboa tem um impacto muito significativo no Concelho de Loures por lhe estar contíguo (25% dos terrenos do aeroporto são no Concelho de Loures), desde logo nas questões da poluição, nomeadamente sonora, com prejuízo para a qualidade de vida das populações, mas também ao nível das restrições urbanísticas por via da existência de servidões aeronáuticas, algumas das quais atualmente completamente destituídas de sentido, e que condicionam a legalização, quer de zonas residenciais consolidadas e bastante antigas, quer de atividades económicas com um peso importante no Concelho. -----



Acrescentou que há uns meses, numa reunião com o então Ministro da Economia, foi informado que haveria um processo em curso de revisão de toda essa questão, e que o município ia ser contactado para debater a matéria, o que não aconteceu. -----

Tendo em conta que a matéria se mantém na agenda do Governo para tomada de decisão em breve, defendeu que o Município de Loures não pode ser confrontado com decisões que eventualmente condicionam a gestão do território durante décadas, sem ter tido oportunidade de expressar as suas opiniões. -----

O Sr. Presidente da CM Cascais, na sequência da intervenção do Sr. Presidente da CM Barreiro sobre o financiamento dos municípios e as medidas do próximo Orçamento do Estado, e independentemente dos contactos diretos entre a Área Metropolitana de Lisboa e o Governo, sugeriu um contacto com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), tendo em conta que houve recentemente uma reunião do Conselho Geral, a que preside, em que se fez um levantamento das questões a serem discutidas com o Governo, com base nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do congresso de março de 2015, onde estão presentes também essas preocupações, entre outras (legislação que conceda maior autonomia ao Poder Local, legislação que garanta maior dignidade ao exercício das funções autárquicas, etc.) até para haver uma coordenação da posição da AML com a da ANMP. -----

Acrescentou que o Presidente do Conselho Diretivo da ANMP tem estado em negociações com o Governo e tem saído otimista tanto em relação à cláusula-travão (que só em 2015 representa mais 300 milhões de euros para o Orçamento Geral do Estado), como em relação ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) que é reconhecido que foi lançado numa perspetiva excessiva, pelo que pode ser corrigido em baixa, beneficiando quer o Orçamento Geral do Estado, quer os orçamentos municipais. -----

Neste momento entrou o Sr. Presidente da CM Sintra e Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, tendo-se alterado o quórum passado a estar presentes 17 dos 18 membros do Conselho Metropolitano de Lisboa, representando os seguintes municípios: Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras,



Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira, e 2.389.989 dos eleitores da Área Metropolitana de Lisboa, ou seja, 99,42 %. -----

O Sr. Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa passou de imediato a conduzir os trabalhos. -----

O Sr. Presidente da CM Lisboa usou de imediato da palavra para dar informações e o posicionamento da CM Lisboa relativamente à matéria do futuro aeroporto. -----

Referiu que há alguns meses atrás a CM Lisboa foi contactada pelo então Governo e pela ANA relativamente ao processo de expansão do aeroporto de Lisboa, tendo em conta que: -----

- O tráfego no aeroporto estava a crescer muito mais rapidamente do que o esperado, pelo que havia a expectativa de mais rapidamente se atingirem as metas que do ponto de vista do contrato de concessão despoletam a mudança, e a necessidade de haver um estudo sobre a nova infraestrutura aeroportuária;-----

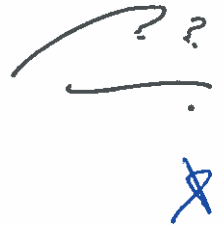
- Se colocava a questão da chegada dos aviões A350, que necessitavam de um lugar de acostagem que não é possível tecnicamente dentro da estrutura das atuais pistas. -----

A posição do município de Lisboa tem sido, nos últimos anos, a favor da saída do aeroporto do Concelho de Lisboa e da colocação de uma infraestrutura aeroportuária nova numa área de proximidade a Lisboa, fundamentalmente por questões relacionadas com a segurança e com a qualidade de vida no município de Lisboa. No entanto, reconhece que: -----

1. Se todos os municípios tomassem posições semelhantes o aeroporto iria para muito longe;
2. O país tem atualmente constrangimentos financeiros, e que não havendo possibilidade de recursos públicos para financiar a construção do novo aeroporto, ele terá de ser pago através da cobrança de taxas aeroportuárias, o que diminui a competitividade do território. -----
3. Com o ritmo de crescimento que os movimentos do aeroporto estão a ter, o tempo de implementação de um novo aeroporto será um problema e irá causar perturbações do ponto de vista da atividade económica na região. -----

Nesse contacto com o Governo e com a ANA a CM Lisboa foi apresentada a proposta de uma solução mista Lisboa – Montijo, com a desativação de uma pista em Lisboa, com a colocação





de uma pista no Montijo, e com a realização de um sistema rápido e eficaz de transferência de passageiros e bagagens entre as duas áreas do aeroporto (quer através do sistema de ferryboat entre o Montijo e Santa Apolónia, quer através da Ponte Vasco da Gama), que seria no fundo um aeroporto em duas margens, proposta à qual a Câmara Municipal deu a sua anuência.-----

Do ponto de vista do município de Lisboa, a solução proposta obriga, no entanto, a uma reflexão estratégica na medida em que consolida por várias décadas a solução do aeroporto no Concelho de Lisboa, o que levará ao aumento de tráfego no município de Lisboa, pelo que é vital acautelar que estão asseguradas as questões fundamentais para o desenvolvimento do município de Lisboa nesse quadro, ou seja: as acessibilidades (atualmente a principal via de acesso ao aeroporto de Lisboa é a 2ª Circular que é uma via urbana e atravessa a cidade, quando deveria ser a CRIL ou até mesmo a CREL, dado o contexto regional e até nacional que o aeroporto de Lisboa assume), as soluções mitigadoras do ponto de vista da poluição e das restrições urbanísticas que continuarão a ser muito severas em Lisboa. -----

Os trabalhos da ANA atrasaram-se durante a vigência do anterior Governo, e só em setembro houve um primeiro *draft* de memorando de entendimento com os municípios sobre a matéria. Nessa altura, a CM Lisboa transmitiu ao Secretário de Estado e à ANA que não considerava oportuno haver uma decisão sobre o novo aeroporto a três semanas de eleições.-----

Terminou a sua intervenção defendendo que é urgente resolver o assunto, e que o município é favorável à solução Lisboa – Montijo desde que sejam acautelados os impactos dessa solução. Essa é a posição de Lisboa, que será transmitida ao novo Governo quando se iniciar o diálogo sobre a matéria. -----

O Sr. Presidente da CM Montijo referiu que nos últimos meses houve alguns contactos regulares com a ANA, no sentido de perceber como se operacionalizará a utilização da Base Aérea N.º 6, no Montijo, para complementar o funcionamento e a operação do aeroporto de Lisboa. -----



Handwritten marks in the top right corner, including a large blue scribble and a signature.

A CM Montijo também já tomou uma posição favorável a essa solução, que parece ser a mais razoável tendo em conta a urgência de encontrar uma solução para o aumento do tráfego aeroportuário, a situação financeira do País, para além de poder ser um motor de desenvolvimento económico para a margem Sul, proporcionando a distribuição de riqueza entre as duas margens. Naturalmente que essa solução, como qualquer outra, terá impactos positivos mas também negativos, que têm de ser analisados com a ANA Aeroportos e com o Governo. No caso do Montijo, haverá necessidade de construir um novo acesso à Ponte Vasco da Gama, para além de outras infraestruturas junto à Base Aérea N.º 6.-----

Referiu ainda que também lhe foi apresentada em setembro a proposta de memorando de entendimento para a expansão do aeroporto de Lisboa, que não contemplava no entanto aquilo que o Montijo considera essencial ao nível do investimento em infraestruturas de acesso ao aeroporto.-----

Espera-se agora que o Governo tome a decisão em breve, tendo já sido oficiada a ANA Aeroportos insistindo para que sejam retomadas as conversações, pois a matéria é estratégica para a região de Lisboa. -----

Terminou dizendo que o Montijo tem uma tradição de séculos na chegada e no transporte de pessoas e bens, sendo esse o desígnio histórico da Aldeia Galega do Ribatejo.-----

O Sr. Presidente da CM Almada usou da palavra apenas para registar, para memória futura, que um equipamento de carácter estratégico para a região continua a ser discutido em regime de confederação municipal. -----

O Sr. Presidente da CM Lisboa usou da palavra para dizer que não sabia da existência do Plano Diretor do Aeroporto, pelo que gostaria de conhecer o documento e o seu calendário. -----

O Sr. Primeiro-Secretário Metropolitano informou que só na reunião do Conselho Consultivo da ANA teve conhecimento da existência de um Plano Diretor do Aeroporto de Lisboa, mas que o mesmo só será distribuído e discutido após reunião da ANA com o novo Governo. -----

Como já foi referido, esse Plano Diretor terá três aspetos centrais: eliminação da pista 1735 para criação de espaço para os A350 e outros aviões; ativar a base do Montijo como parte dois

Handwritten signature in blue ink.



do Aeroporto de Lisboa; resolver uma questão técnica do sistema de informações da NAV/ capacitação eletrónica de controlo aéreo para os cones de aproximação. -----

Referiu também que lhe foi transmitido que já foram transferidos para Tires todos os voos executivos, ou grande parte deles. -----

Acrescentou que, de acordo com informação da ANA, a confirmar-se a opção empresarial pelo previsto no plano diretor que levará cerca de 4 anos a implementar, e a ser aprovado adiará por cerca de 40 a 50 anos a necessidade do outro aeroporto. -----

O Sr. Presidente da CM Barreiro, na sequência das intervenções havidas, voltou a reafirmar que, em sua opinião, o alargamento do novo aeroporto de Lisboa deverá localizar-se no Campo de Tiro de Alcochete, e que uma vez que cada município está a trabalhar por si, referiu que não deixará de intervir para se inteirar das consequências dos cones de aproximação, e sem querer colocar em causa os interesses nacionais e regionais, não deixará de defender os interesses da população do Barreiro. -----

O Sr. Presidente da CM Lisboa esclareceu que, até ao momento, o único contacto que houve foi no sentido de sondar a posição de Lisboa relativamente à matéria, ao que a Câmara Municipal respondeu que o assunto não deveria ser fechado em vésperas de eleições legislativas, avançando no entanto desde logo com uma série de condições que será necessário garantir se se avançar para a solução de alargamento para o Montijo. -----

Assim, sugeriu que houvesse primeiro um trabalho conjunto dos municípios diretamente afetados por essa eventual decisão, e que num segundo momento todos os municípios da AML pudessem participar. Comprometeu-se a dar conhecimento ao Conselho Metropolitano da posição final da CM Lisboa, disponibilizou-se para trabalhá-la e afiná-la informalmente com os municípios mais atingidos por essa decisão (que não são apenas os municípios onde se localizam as pistas), e a fazer o ponto de situação numa próxima reunião do Conselho Metropolitano, antes de formalizar a posição final da CM Lisboa com a ANA. -----

O Sr. Presidente da CM Montijo, na sequência das intervenções havidas, quis também esclarecer todas as reuniões que houve sobre a matéria com a CM Montijo realizaram-se por





iniciativa da ANA, que ao que sabe também procurou o contacto com Alcochete e com Lisboa, e devia tê-lo feito também com o Barreiro. Aliás, nas reuniões que teve com a ANA teve a oportunidade de defender, por várias vezes, que todos os municípios afetados, e os municípios do Arco Ribeirinho são-no efetivamente, devem ser envolvidos no processo. Em sua opinião, o plano diretor, a avançar, terá forçosamente de envolver os municípios mais próximos, até por todos os impactos regionais que é preciso acautelar e compensar. -----

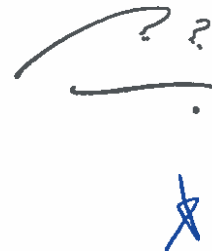
O Sr. Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa questionou se algum dos presentes conhecia já esse Plano Diretor do Aeroporto de Lisboa, ao que todos responderam negativamente. -----

O Sr. Presidente da CM Vila Franca de Xira, tendo em conta que se perspetiva para breve a realização de um fórum sobre transportes, de iniciativa da Área Metropolitana de Lisboa, sugeriu que a matéria do futuro aeroporto de Lisboa pudesse ser alvo de análise/ reflexão nesse âmbito. -----

Referiu que se em relação ao futuro aeroporto de Lisboa há interesses nacionais, também há interesses regionais e locais que os municípios e a AML devem saber capitalizar. E deu o exemplo de Tires, que não terá capacidade para absorver a totalidade dos voos executivos, pelo que em sua opinião deve defender-se a complementaridade sobre todas as possibilidades existentes (nomeadamente a OGMA que tem uma pista considerada por muitos das melhores do mundo), até em defesa dos interesses das populações da área metropolitana de Lisboa. E isto sem querer entrar na discussão sobre se a solução de alargamento do aeroporto de Lisboa deve ou não se para o Montijo. -----

O Sr. Presidente da CM Moita começou por salientar que a discussão sobre o novo aeroporto de Lisboa tem pelo menos duas décadas, vários estudos aprofundados, e a avaliação de diversas alternativas, das quais a Portela+1 era uma e a construção na íntegra de um novo aeroporto era a outra. Em 2008, concluiu-se que a melhor solução para as necessidades do País era a construção do novo aeroporto do Lisboa e que a sua localização ideal era o Campo de Tiro de Alcochete. Assim, não se compreende como é que em 2015, passados apenas sete





anos, sem uma fundamentação concreta, se estejam a discutir outras soluções para o futuro aeroporto de Lisboa, ainda para mais com o interlocutor errado. Em sua opinião, não pode ser a empresa concessionária a definir matérias tão importantes para o País como a localização e o futuro do aeroporto de Lisboa; o Governo é que tem de tomar essa decisão, após discussão com os municípios, decisão essa que deverá ser tão aprofundada e sustentada como foi a tomada em 2008. -----

O Sr. Presidente da CM Sesimbra referiu que no decurso da reunião fez uma pesquisa na internet sobre o documento, e encontrou uma referência a uma notícia do Jornal de Notícias dizendo que “O plano diretor de referência do novo aeroporto de Lisboa apresentado esta terça-feira vai poder ser alterado pelos concorrentes à privatização da ANA”. Ora, isso significa que a ANA, que na altura era concorrente e agora é concessionária (Vinci), tendo em conta a forma como o concurso foi feito, pode propor alterações ao Plano Diretor do Aeroporto de Lisboa, nomeadamente ao nível da sua localização. No entanto, os municípios devem exigir participar nessa discussão. -----

O Sr. Presidente da CM Lisboa, na sequência da intervenção do Sr. Presidente da CM Moita, não pôde deixar de recordar que sete meses antes de ser anunciada a opção pela construção do novo aeroporto de Lisboa em Alcochete, a solução apontada era a Ota, essa sim estudada aprofundadamente e ao longo de muitos anos. Aliás, a localização do novo aeroporto de Lisboa tem sido alvo dos mais variados estudos desde os anos 60 do século XX, e a solução de Alcochete é que surgiu de surpresa, depois de uma visita do Presidente da CIP ao Presidente da República, e de repente o País descobriu que afinal em Alcochete o uso militar já não era tão indispensável assim. -----

Aproveitou ainda para precisar que qualquer decisão sobre o futuro aeroporto de Lisboa é da responsabilidade do Governo, é não da ANA. -----

Acrescentou ainda que o contacto que a ANA efetuou com a CM Lisboa foi no sentido de saber a opinião do município sobre a possibilidade do alargamento para o Montijo, o que em sua opinião é natural uma vez que a solução que está em cima da mesa vai implicar a manutenção



do aeroporto em Lisboa (o que não era a pretensão do município, até por questões de segurança), um enorme aumento de tráfego no município, etc. -----

Ainda que não seja pretensão do município manter o aeroporto em Lisboa, a posição de princípio não é desfavorável à solução do complemento localizado no Montijo (onde ficarão a passar os *lowcost*), até por uma questão de realismo face às atuais circunstâncias financeiras do País. No entanto, tem consciência que a solução limita por bastante tempo qualquer projeto para o novo aeroporto com a terceira travessia sobre o Tejo. -----

O Sr. Presidente do Conselho Metropolitano Lisboa referiu a solução que está em cima da mesa atualmente já não é a de alterar a localização, mas sim ter um complemento à Portela.--

Assim, é fundamental que a AML e os municípios conheçam o Plano Diretor do Aeroporto de Lisboa, e uma vez que a ANA só o disponibiliza aos municípios se o Governo autorizar, solicitou ao Primeiro-Secretário Metropolitano que pedisse, ainda antes do agendamento da audiência, ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas para autorizar a ANA a fazer a sua divulgação, até para se poder conhecer a posição do Governo sobre a matéria. -----

Depois de se conhecer o plano diretor, pelos motivos óbvios, defendeu que a CM Lisboa deve transmitir ao Conselho Metropolitano a sua posição, e se a mesma se compagina com o previsto no plano diretor. Por fim, e porque o aeroporto de Lisboa é estratégico para a região, todos os municípios deverão ter oportunidade de se pronunciar e dar os seus contributos para a discussão, até na perspetiva de o Conselho Metropolitano de Lisboa poder tomar uma posição sobre a matéria. -----

Terminou sugerindo que, tendo o Conselho Metropolitano solicitado uma audiência ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas para abordar as questões relacionadas com os fundos comunitários/ Estratégia 2020, se pudesse acrescentar à agenda da audiência a questão do futuro aeroporto de Lisboa, convidando-se o Sr. Presidente da CM a estar também presente. -----

O Sr. Presidente da CM Lisboa concordou com a sugestão do Sr. Presidente do Conselho Metropolitano, tendo proposto apenas que primeiramente se consolidasse a posição dos





municípios e do Conselho Metropolitano relativamente à solução em causa, para depois se poder ter uma posição face ao plano diretor, até porque em sua opinião o plano diretor deve ser a consequência de um processo que incorpore todas as expectativas dos municípios relativamente ao desenvolvimento da infraestrutura, pelo que urge estabilizá-las. -----

Assim, disponibilizou-se para, com os municípios, fazer o levantamento as principais preocupações relativamente à solução apresentada, com vista a que elas sejam canalizadas para dentro do plano diretor. -----

O Sr. Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa referiu que era precisamente essa a intenção da sua intervenção, ou seja, solicitar o plano diretor para conhecimento, mas não se ficar à espera da sua divulgação para começar a trabalhar. -----

Foi acordado que na audiência já pedida ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, se solicitará discutir também a matéria relacionada com o futuro do Aeroporto de Lisboa, com a presença do Sr. Presidente da CM Lisboa. -----

Foi ainda acordado que o Sr. Presidente da CM Lisboa prepara a sua posição sobre a solução que está em cima da mesa para o futuro aeroporto de Lisboa, proposta que será enriquecida com contributos de todos os municípios, para eventual futura tomada de posição do Conselho Metropolitano de Lisboa, tendo em conta que a matéria é estratégica para a região. -----

Para além disso, o Sr. Primeiro-Secretário Metropolitano solicitará o Plano Diretor do Aeroporto de Lisboa à ANA, para conhecimento dos municípios. -----

O Sr. Presidente da CM Lisboa aproveitou ainda o ponto da ordem de trabalhos para chamar a atenção de todos os membros do Conselho Metropolitano para a nova realidade criada pelas últimas eleições legislativas, que abre a possibilidade de nova discussão global da matéria dos transportes: transferência de competências, concessões em Lisboa, etc. A Área Metropolitana de Lisboa e os municípios estão perante uma oportunidade histórica de se poderem entender quanto ao funcionamento e arquitetura do sistema de transportes metropolitano, determinante para a região. E a esse propósito voltou a reafirmar que o quadro legal aprovado



?

?

b

pelo anterior Governo representa um enorme avanço (porque transferiu para as áreas metropolitanas e para os municípios poderes que estavam na Administração Central) e uma ótima base de trabalho, que precisa agora de ser afinada, nomeadamente: como é que se articula o nível metropolitano com o nível municipal; como é que se trabalham as questões da mobilidade intermunicipal; como é que se financia todo um mecanismo de serviço público, quer municipal, quer regional; qual ambição dos municípios relativamente ao plano de investimentos em matéria de transporte público; como se fará a gestão e operação das companhias que existem, etc. -----

Sobre esta última questão, referiu que Lisboa estava a negociar com o anterior Governo num quadro em as opções eram ou negociar com o Governo, ou o Governo avançava para a concessão; no entanto, com o atual Governo estão abertas outras possibilidades, é intenção declarada do atual Governo passar para as áreas metropolitanas e para os municípios competências fundamentais, pelo que é necessária que os municípios e a AML se preparem, definam o que pretendem, apresentem propostas. -----

Defendeu ainda que o debate sobre as companhias centrais deve ser feito num quadro de reflexão mais ampla sobre o sistema, e não de forma bilateral. -----

Terminou dizendo que se está em presença de uma oportunidade extraordinária para se resolver um dos grandes problemas da AML que é o problema da mobilidade. -----

O Sr. Vice-Presidente da CM Setúbal manifestou o seu acordo com as preocupações levantadas pelo Sr. Presidente da CM Lisboa, até tendo em conta que na última reunião do Grupo de Trabalho da Mobilidade e dos Transportes foi também identificada a necessidade urgente de resolver o problema da mobilidade e dos transportes na Área Metropolitana de Lisboa. E esse problema não se restringe apenas ao metropolitano e à rodovia, como destacou o Sr. Presidente da CM Lisboa na sua intervenção, mas estende-se à ferrovia, ao transporte fluvial, e até aeroporto não deve ficar de fora da reflexão. -----

Defendeu que problema da mobilidade e dos transportes na AML deve ser equacionado com toda essa dimensão, e deve ser articulado com o planeamento e ordenamento do território. A

✍



??
.

esse propósito recordou que aquando do último processo de alteração/revisão do PROTAML, que acabou por não ter desenvolvimento, foi feito um trabalho extraordinário a esse nível entre os municípios da AML e a CCDRLVT, que em sua opinião deverá ser repescado. -----

O Sr. Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa recordou que as questões relacionadas com o novo regime dos transportes serão discutidas em reunião de trabalho, a realizar após a reunião ordinária do Conselho Metropolitano. -----

2. Aprovação da ata nº 13/CML/2015, de 26 de novembro-----

O Sr. Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, tendo em conta que no início da reunião não havia quórum deliberativo para aprovação, em concreto, da ata nº 13/CML/2015, de 26 de novembro, pô-la a votação. -----

Nos termos do n.º 3 do art.º 34º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o acordado em reunião do Conselho Metropolitano de Lisboa de 11/09/2015, não participaram na votação os representantes dos seguintes municípios: Amadora, Lisboa, Moita, Montijo e Oeiras. -----

A ata nº 13/CML/2015, de 26 de novembro, foi aprovada por unanimidade com 12 voto(s) a favor do(s) município(s) de Almada, Barreiro, Cascais, Loures, Mafra, Odivelas, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira, representando 1.486.413 eleitores da Área Metropolitana de Lisboa, ou seja, 61,84%.-----

7. Aprovação da ata em minuta -----

A ata em minuta foi aprovada por unanimidade com 17 voto(s) a favor do(s) município(s) de Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira, representando 2.389.989 eleitores da Área Metropolitana de Lisboa, ou seja, 99,42%.-----

Nos termos e para os efeitos do n.3 do artigo 57º, aplicável por força do estatuído no artigo 104º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e por ser verdade, elaborou-se o presente documento, que juntamente com os originais das propostas acima discriminadas constitui a

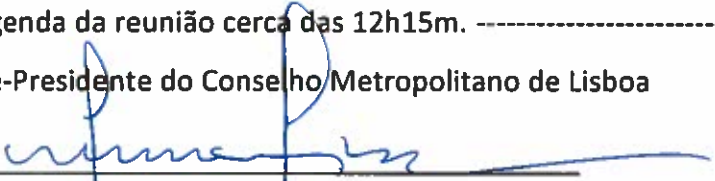
✍



ata, que eu, Diretora de Serviços Metropolitanos  , para o efeito designada, mandei lavrar. -----

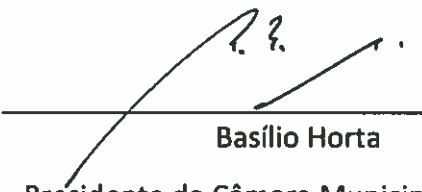
Deu-se por concluída a agenda da reunião cerca das 12h15m. -----

O Vice-Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa



Hélder Sousa Silva
Presidente da Câmara Municipal de Mafra

O Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa



Basílio Horta
Presidente da Câmara Municipal de Sintra



LISTA DE PRESENCAS DOS SENHORES MEMBROS DO

CONSELHO METROPOLITANO DE LISBOA

Reunião Ordinária de 17 de dezembro de 2015 – 10h30

MUNICÍPIOS	NOME	RÚBRICA	OBSERVAÇÕES
ALCOCHETE	LUÍS FRANCO		
ALMADA	JOAQUIM JUDAS		
AMADORA	CARLA TAVARES		Vereador.
BARREIRO	CARLOS HUMBERTO CARVALHO		
CASCAIS	CARLOS CARREIRAS		
LISBOA	FERNANDO MEDINA		
LOURES	BERNARDINO SOARES		
MAFRA	HÉLDER SOUSA SILVA		
MOITA	RUI GARCIA		
MONTIJO	NUNO CANTA		
ODIVELAS	HUGO MARTINS		Vice-Presidente Paulo César Teixeira
OEIRAS	PAULO VISTAS		
PALMELA	ALVARO AMARO		
SEIXAL	JOAQUIM DOS SANTOS		
SESIMBRA	AUGUSTO PÓLVORA		
SETÚBAL	MARIA DAS DORES MEIRA		Vereador André Martins
SINTRA	BASÍLIO HORTA		
V. F. XIRA	ALBERTO MESQUITA		



**LISTA DE PRESENCAS DOS SENHORES MEMBROS DA
COMISSÃO EXECUTIVA METROPOLITANA DE LISBOA**

Reunião Ordinária do Conselho Metropolitano de Lisboa

17 de dezembro de 2015 – 10h30

NOME	RUBRICA
Demétrio Alves Primeiro-Secretário Metropolitano	
João Pedro de Campos Domingues Secretário Metropolitano Executivo	
Filipe Eduardo Miranda Ferreira Secretário Metropolitano Executivo	
Carlos Alberto Picanço dos Santos Secretário Metropolitano Não Executivo	
Emanuel de Jesus Colaço Costa Secretário Metropolitano Não Executivo	